

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.404 - RS (2019/0325029-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**  
**RECORRIDO** : **JAIR ANTÔNIO WOLFF**  
**RECORRIDO** : **SP COMERCIO DE COUROS E ARTEFATOS LTDA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 114):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. ÓRGÃO. RENAJUD. DESNECESSIDADE.*

*Como o Decreto nº 8.789, de 2016, estabelece o compartilhamento de dados entre os órgãos e entidades da administração pública federal, dentre os quais se encontram os dados sobre veículos, desnecessária a intervenção do Poder Judiciário para que realize a consulta ao sistema Renajud, devendo a autarquia exequente trazer aos autos a informação sobre veículo do executado, para fim de efetivação da restrição por parte do Juízo.*

*INFOJUD. MEDIDAS ANTERIORES.*

*No caso das autarquias exequentes que se beneficiam do compartilhamento de dados estabelecido pelo Decreto nº 8.789, de 2016, a consulta ao Infojud, na execução fiscal, cabe após a tomada dos seguintes esforços para localização de bens do executado: expedição de mandado de penhora, consulta ao sistema bacenjud e acesso às informações que são disponibilizadas à exequente pela Receita Federal do Brasil nos termos do referido decreto.*

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados (fls. 159/163).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 139, 789, 797, 835, 854, 831, 829, § 2º, do CPC/2015, e 10 e 11 da Lei 6.830/80. Sustenta, em resumo, que: "o acesso aos sistemas RENAJUD, para restrição de veículos cadastrados no RENAVAM, e INFOJUD, para apuração de informações fiscais do executado, não configuram

*transferência ao Poder Judiciário de incumbências do exequente, servindo como instrumentos para agregar efetividade ao processo de execução" (fl. 171), razão pela qual deve ser deferido o acesso aos sistemas eletrônicos RENAJUD e INFOJUD na presente hipótese.*

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

No presente caso, o órgão julgador de origem, ao dirimir a controvérsia, assim se pronunciou, *in verbis* (fls. 116/117):

*O sistema Renajud é ferramenta que permite a comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN. Por outro lado, a Fazenda Nacional tem acesso às informações constantes do RENAVAM (cf. Portaria DENATRAN nº 60, de 2010). Enfim, o Decreto nº 8.789, de 2016 estabelece o compartilhamento de dados entre os órgãos e entidades da administração pública federal.*

*Daí que, tal como consta da decisão agravada, as informações que seriam obtidas pela consulta ao Renajud são obteníveis pela própria exequente, caso em que desnecessária a intervenção do juízo.*

*Por outro lado, é certo que o Infojud ("Sistema de Informações ao Judiciário") é um serviço disponível exclusivamente aos agentes do Poder Judiciário (magistrados e servidores da Justiça por eles autorizados) para obtenção de informações sobre o patrimônio dos contribuintes.*

*Algumas das informações obtidas com o Infojud, todavia, são acessíveis à autarquia exequente sem a necessidade da intervenção do Poder Judiciário, como é o caso da Declaração de Operações Imobiliárias - DOI, nos termos do art. 3º, § 2º, I do Decreto 8.789, de 2016, que compreende documentos anotados, averbados, lavrados, matriculados ou registrados nos cartórios de notas, de registro de imóveis e de títulos e documentos.*

*Como esta Segunda Turma entende que ao acesso ao Infojud exige-se antes tenham sido empreendidas outras medidas na execução, como expedição de mandado de penhora, consulta ao Bacenjud e Renajud (cf. TRF4, AG 5013531-89.2018.4.04.0000, Segunda Turma, juntado aos autos em 03-08- 2018), ao caso das autarquias exequentes que se beneficiam do compartilhamento de dados estabelecido pelo Decreto nº 8.789, de 2016, deve ser exigido também que tenham previamente obtido as informações que lhe são disponibilizadas pela Receita*

*Federal do Brasil - como o DOI -, e trazer aos autos as informações pertinentes.*

*Assim, tem-se que a exequente não procedeu aos esforços para localização de bens do devedor exigidos para que seja oportunizada a consulta ao sistema Infojud, sendo prematuro seu pedido.*

Acerca do tema, verifica-se que este Tribunal, no julgamento do **REsp 1.184.765/PA**, de relatoria do Min. Luiz Fux, publicado em 3/12/2010, processado sob o rito do art. 543-C do CPC/73, ao analisar a necessidade de esgotamento prévio de todos os outros tipos de diligências para que possa ser autorizada a penhora via BACEN-JUD, firmou entendimento no sentido de que *"A utilização do Sistema BACEN-JUD, no período posterior à vacatio legis da Lei 11.382/2006 (21.01.2007), prescinde do exaurimento de diligências extrajudiciais, por parte do exequente, a fim de se autorizar o bloqueio eletrônico de depósitos ou aplicações financeiras"*.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRECATÓRIO. OFERECIMENTO. RECUSA DO CREDOR. POSSIBILIDADE. PENHORA ONLINE. BACENJUD. DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PEDIDO DE CONSTRUÇÃO EFETIVADO APÓS A LEI Nº 11.382/06. ESGOTAMENTO. DILIGÊNCIAS PRÉVIAS. DESNECESSIDADE.*

*1. O crédito relativo ao precatório judiciário é penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exequente; todavia equivale à penhora de crédito, e não de dinheiro.*

*2. A Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei nº 6.830/80 (matéria submetida ao rito dos recursos repetitivos no julgamento do REsp 1.090.898/SP, minha relatoria, DJ. 31.8.09). Ademais, o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor.*

*3. A Súmula 406/STJ também se aplica às situações de recusa à primeira nomeação.*

*4. A Primeira Seção deste Tribunal ratificou a necessidade de interpretação sistemática dos artigos 655-A do CPC e 185-A do CTN, de modo a autorizar a penhora eletrônica de depósitos e*

*aplicações financeiras, independentemente do exaurimento de diligências extrajudiciais, por parte do exequente, na busca de outros bens para a a garantia da execução fiscal, após o advento da Lei nº 11.382/06 (REsp 1.184.765/PA, submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC e da Resolução STJ 08/2008, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe 3.12.2010).*

*5. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.350.507/SP**, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 21/02/2013, DJe 27/02/2013)

Note-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem estendido este entendimento, de igual maneira, à hipótese de utilização do sistema RENAJUD, como se pode verificar dos precedentes abaixo colacionados, dentre outros:

***PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE.***

*1. Com a entrada em vigor da Lei 11.382/2006, e como resultado das inovações nela tratadas, houve evolução no sentido de prestigiar a efetividade da Execução, de modo que a apreensão judicial de dinheiro, mediante o sistema eletrônico denominado Bacen Jud, passou a ser medida primordial, independentemente da demonstração relativa à inexistência de outros bens.*

*2. Atualmente, a questão se encontra pacificada, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos.*

*3. Ademais, o STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.322.436, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 17.08.2015; REsp 1.522.644, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 01/07/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/06/2015; REsp 1.522.678, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18/05/2015.*

*4. Recurso Especial provido.*

**(REsp 1.582.421/SP**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/4/2016, DJe 27/5/2016)

***PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.***

*EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE VALORES PELO BACENJUD. LEI N. 11.382/2006. DESNECESSIDADE DO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS NA BUSCA DE BENS. ADESÃO POSTERIOR A REGIME DE PARCELAMENTO. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRECEDENTES. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.*

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, **in casu**, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*II - É desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on line (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou fiscal, após o advento da Lei n. 11.382/2006, com vigência a partir de 21/01/2007.*

*III - É cediço o posicionamento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a manutenção da constrição, em virtude do parcelamento, dar ensejo somente à suspensão do crédito tributário e, não, à sua extinção.*

*IV - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*V - Agravo Interno improvido.*

**(AgInt no REsp 1.636.161/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/5/2017, DJe 11/5/2017)**

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DL 911/69. MORA DO DEVEDOR. RENAJUD. RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO. LEGALIDADE. EFETIVIDADE JURISDICCIONAL. 1. Ação de busca e apreensão da qual se extrai o presente recurso especial, interposto em 04/08/17 e concluso ao gabinete em 02/03/18.*

*2. O propósito recursal consiste em definir se a ordem judicial de busca e apreensão de veículo, via RENAJUD, com base no DL 911/69, autoriza a restrição de sua circulação.*

*3. O sistema RENAJUD é uma ferramenta eletrônica que interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, possibilitando consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de restrição e de retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM.*

*4. A adoção da padronização e a automação dos procedimentos*

*envolvidos na restrição judicial de veículos via RENAJUD, no âmbito dos Tribunais e Órgãos Judiciais, tem como principal objetivo a redução significativa do intervalo entre a emissão das ordens e o seu cumprimento, comparativamente à tradicional prática de ofícios em papel.*

*5. A restrição de circulação (restrição total) impede o registro da mudança da propriedade do veículo, um novo licenciamento no sistema RENAVAM e também a sua circulação em território nacional, autorizando o recolhimento do bem a depósito.*

*6. Como decorre da própria razão que instituiu as ferramentas eletrônicas de efetividade jurisdicional - BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD - a ordem de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente autoriza o bloqueio de circulação veicular, com vistas à satisfação da tutela jurisdicional do credor fiduciário, em integral cumprimento à finalidade do DL 911/69.*

*7. Recurso especial conhecido e não provido.*

**(REsp 1.744.401/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)**

Dessarte, ao condicionar a consulta ao sistema RENAJUD à eventual possibilidade de a recorrente obter as informações por meios próprios, a Corte de origem afastou-se do entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão, razão pela qual merece reparos o acórdão recorrido.

No tocante ao acesso ao INFOJUD, o Tribunal *a quo* assinalou que não restou demonstrado que a exequente procedeu a esforços para localização de bens do devedor a fim de possibilitar a utilização do sistema INFOJUD, tendo considerado prematuro o pedido (fl. 117).

Como se vê, o posicionamento da Corte Regional quanto à utilização do INFOJUD destoava da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, estando, pois, a merecer reparos.

**ANTE O EXPOSTO**, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação supracitada, para deferir a utilização dos Sistemas RENAJUD e INFOJUD.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**